



## CÂMARA MUNICIPAL DE TANABI

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 003. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO(A)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**01.** Determinado município promoveu alteração em sua Lei Orgânica para vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Ante o comprometimento do orçamento, a oposição ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, que foi julgada improcedente na primeira e segunda instâncias.

A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto a compatibilidade da norma com a Constituição Federal e qual o recurso cabível.

- (A) A alteração é constitucional porque incentiva a ciência, tecnologia e inovação; recurso extraordinário.
- (B) A alteração é inconstitucional porque compromete as contas públicas; recurso extraordinário.
- (C) A alteração é constitucional porque incentiva o desenvolvimento econômico e tecnológico; recurso especial.
- (D) A alteração é inconstitucional porque compromete as contas públicas; recurso especial.
- (E) A alteração é inconstitucional porque não se insere nas competências municipais; recurso extraordinário.

**02.** O concurso público representa um avanço republicano, em que os agentes do Estado passam a ser selecionados por meio de processo seletivo com regras previstas em edital, a fim de selecionar os mais bem preparados para o exercício da função pública. Nesse sentido, as hipóteses de contratação sem concurso público são residuais.

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que corresponda, corretamente, a uma dessas hipóteses.

- (A) Exercício de dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- (B) Contratação temporária para atender excepcional interesse público.
- (C) Cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (D) Agentes sanitários.
- (E) Seleção de empresa prestadora de serviço de limpeza e manutenção por meio da inexigibilidade de licitação.

**03.** Para promover a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para assegurar o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, é correto afirmar, nos termos da Constituição Federal, que a medida deve ser empreendida por meio de:

- (A) Contrato administrativo.
- (B) Termo de parceria.
- (C) Lei ordinária.
- (D) Lei complementar.
- (E) Decreto legislativo.

**04.** Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal

- (A) efetuar repasses acima do permitido por lei.
- (B) comprometer mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio de seus vereadores.
- (C) submeter projeto de lei para publicação sem oportunidade de sanção ou veto pelo Chefe do Poder Executivo.
- (D) prejudicar o pagamento de salários de ativos e inativos, em razão de déficit orçamentário.
- (E) enviar repasse de transferências constitucionais para o Poder Executivo.

**05.** Acerca da destinação dos recursos públicos para a educação, assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição Federal.

- (A) Os Municípios devem aplicar vinte e dois por cento, no máximo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) Recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, desde que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.
- (C) As universidades podem receber recursos oriundos da iniciativa privada, limitados a 30% de seu orçamento.
- (D) Escolas confessionais e igrejas podem receber incentivo estatal para promover a erradicação do analfabetismo.
- (E) A receita destinada à educação pode ser objeto de desvinculação pelo Município, conforme disposição em Lei Orgânica.

- 06.** De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que a responsabilidade civil do Poder Público, quando os sujeitos ou seus agentes são as pessoas jurídicas de direito público ou privado, a serviço do poder público, que nessa qualidade causaram prejuízos a terceiros, é
- (A) inexistente.
  - (B) subsidiária.
  - (C) solidária.
  - (D) concorrente.
  - (E) exclusiva.
- 07.** Assinale a alternativa correta sobre a efetividade e a estabilidade dos servidores públicos.
- (A) Efetividade é atributo do cargo e pré-requisito para a estabilidade.
  - (B) Efetividade é atributo do servidor e tem como pré-requisito a nomeação para cargo específico.
  - (C) Estabilidade é atributo do cargo e pré-requisito para a efetividade.
  - (D) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo ou emprego em virtude de concurso público.
  - (E) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- 08.** Mediante controle externo, a fiscalização do Município de Tanabi será exercida
- (A) pelos sistemas de controle do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
  - (B) pelo Poder Legislativo Municipal.
  - (C) pelo Ministério Público.
  - (D) pelo Tribunal de Contas do Município.
  - (E) pelo Poder Judiciário.
- 09.** Sem explicitar o motivo, pedido apócrifo de acesso à informação é endereçado à presidência da Câmara Municipal de Tanabi, tendo por objeto a íntegra de toda a correspondência digital enviada e recebida pelo Presidente do órgão parlamentar, no respectivo e-mail institucional, a partir de 1º de janeiro de 2022. Como advogado da Câmara Municipal de Tanabi, pautando-se na Lei de Acesso à Informação, é correta a seguinte orientação:
- (A) deverá ser negado o pedido, porque o direito ao acesso à informação depende da explicitação de justificativa do interessado.
  - (B) por se tratar de e-mail institucional, deverá ser dada a informação, descabida a invocação do sigilo de correspondência.
  - (C) o pedido comporta deferimento, cabendo à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
  - (D) cabe recusa, a lei exige que o pedido de informações não seja apócrifo.
  - (E) cabe deferimento, o direito à informação deverá ser garantido de forma ampla, trata-se de um direito absoluto.
- 10.** Conforme o Decreto-Lei nº 201/67, entre as infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, consta
- (A) apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
  - (B) desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.
  - (C) ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
  - (D) conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara ou em desacordo com a lei.
  - (E) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.

11. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas para a obtenção de clareza:

- (A) reunir sob as categorias de agregação: subseção, seção, capítulo, título e livro, apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei.
- (B) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis.
- (C) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio.
- (D) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecidas.
- (E) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

12. Assinale a alternativa que demonstra uma situação na qual resta configurada a Teoria do Desvio Produtivo, inserida no dano moral coletivo.

- (A) Tempo de atendimento em agência bancária ultrapou o adequado, impondo à sociedade o desperdício de tempo útil.
- (B) Queimadura de parte do corpo da vítima de violência doméstica, pois as cicatrizes permanecem para sempre.
- (C) Advogado que perde prazos de seus clientes.
- (D) Exposição de conteúdos ofensivos na internet.
- (E) Comunidades residentes em locais próximos às barragens que se rompem.

13. Luana entrega a Carlos diversos móveis antigos para que ele os exponha e venda em sua loja, mediante pagamento de uma comissão sobre as vendas realizadas. Para tanto, celebraram um contrato por escrito que estabelece que Carlos poderá vender os móveis pelo preço que julgar adequado, desde que o valor mínimo fixado por Luana seja alcançado. Além disso, o contrato estabelece um prazo de 6 meses para a venda dos móveis, após o qual o contrato será automaticamente rescindido e Luana poderá reaver os móveis não vendidos.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o contrato firmado entre Luana e Carlos é um contrato

- (A) preliminar.
- (B) atípico.
- (C) estimatório.
- (D) de comodato.
- (E) de compromisso.

14. Acerca do atual entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a responsabilidade civil objetiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil por ato de terceiro funda-se na responsabilidade objetiva ou independente de culpa, utilizando-se também o modelo de culpa presumida.
- (B) A conduta da vítima não pode ser fator atenuante do nexo de causalidade na responsabilidade civil objetiva.
- (C) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, por ser objetiva, dispensa a demonstração de que a conduta imputada ao menor, caso fosse a um agente imputável, seria hábil para a sua responsabilização.
- (D) A responsabilidade civil do dono ou detentor de animal é objetiva, não sendo admitida a excludente do fato exclusivo de terceiro.
- (E) A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa e fundamenta-se somente no critério objetivo-finalístico.

15. A Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, estabelece que a incorporação imobiliária se concretiza

- (A) apenas por meio da venda de uma unidade.
- (B) pela venda ou oneração de todas as unidades.
- (C) pela quitação de financiamento para construção.
- (D) pelo início das obras do empreendimento.
- (E) na data do registro da incorporação.

- 16.** Os atos processuais são divididos entre atos das partes e atos judiciais. Os atos das partes podem ser:
- (A) Postulatórios, que são declarações de vontade das quais a parte dispõe sobre o objeto do processo.
  - (B) Instrutórios, que são aqueles que possuem alguma solicitação ao juiz.
  - (C) Reais, que são os atos não postulatórios, tais como o pagamento das custas judiciais.
  - (D) Dispositivos, que são aqueles que têm por finalidade provar algo ao juiz de modo a convencê-lo sobre a verdade dos fatos.
  - (E) Ordinatórios, podendo ser revistos pelo juiz quando necessários.

- 17.** Nathália e Paulo, em uma relação extraconjugal, tiveram uma filha. Amigavelmente, decidiram que Paulo pagaria prestação alimentícia no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus ganhos declarados em sua carteira de trabalho. Ocorre que, em dezembro, Nathália solicitou que Paulo pagasse a prestação alimentícia incluindo o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o décimo terceiro salário e sobre a gratificação de férias. Paulo, inconformado, decidiu propor uma ação declaratória. Na petição inicial juntou toda prova necessária para a propositura da ação declaratória e alegou que a prestação alimentícia não devia ser calculada sobre o décimo terceiro salário e gratificação de férias, contrariando entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de casos repetitivos.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) o juiz deve conceder, de ofício, a tutela da evidência para o pedido de Paulo.
- (B) a ação deve ser julgada improcedente liminarmente.
- (C) não é caso de improcedência liminar, uma vez que, no caso hipotético, é necessária a fase instrutória.
- (D) é necessária a citação de Nathália por se tratar de direito indisponível.
- (E) se for julgada procedente, o juiz pode se retratar independentemente do pedido de Paulo.

- 18.** Acerca da prova atípica, é correto afirmar que

- (A) existe hierarquia entre a prova típica e a prova atípica, sendo certo que está só será admitida quando inexistente aquela.
- (B) a prova atípica é uma prova típica evitada do vício de ilegalidade.
- (C) não precisa ser compatível com a lei material e processual, bastando observar critérios morais previstos ou não em lei.
- (D) é admissível em virtude da incidência do princípio da máxima eficiência dos meios probatórios.
- (E) a complexidade de uma situação, a irrepetibilidade de uma prova ou a inaptidão concreta dos meios previstos em lei, não é suficiente para justificar o emprego de meios atípicos.

- 19.** No que diz respeito ao Poder Geral de Cautela, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação das medidas atípicas sub-rogatórias e coercitivas é cabível em qualquer obrigação no cumprimento de sentença ou execução de título executivo extrajudicial.
- (B) As medidas atípicas sub-rogatórias e coercitivas serão aplicadas de forma subsidiária às medidas tipificadas, sendo dispensado o contraditório.
- (C) Não é possível a cumulação de medida indutiva e coercitiva para o cumprimento da obrigação.
- (D) Não é permitido ao juiz, nos juizados especiais, determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial.
- (E) As medidas atípicas não podem ser determinadas de ofício pelo juiz.

- 20.** Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no disposto no Código de Processo Civil, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- (A) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.
- (B) acolhimento do pedido de gratuidade da justiça ou rejeição do pedido de sua revogação.
- (C) inclusão de litisconsorte.
- (D) decisão interlocutória que deferir prova pericial na segunda fase da ação de prestação de contas.
- (E) qualquer hipótese, desde que demonstrada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

21. Um vereador de determinado município, com o objetivo de fomentar a atividade econômica local, propõe projeto de lei com a finalidade em isentar os moradores do respectivo município em até 10% do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços em transações ocorridas no território municipal. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que a iniciativa é:

- (A) constitucional, pois o imposto em questão é de competência municipal, cabendo ao vereador iniciativa para o projeto de lei.
- (B) inconstitucional, pois, em que pese o município poder legislar sobre a questão, a iniciativa para lei que cria isenção é do Chefe do Poder Executivo e não do vereador.
- (C) inconstitucional, pois o município não tem competência para legislar sobre isenção de impostos que a Constituição atribui a outra esfera da Federação, no caso aos estados e ao Distrito Federal.
- (D) constitucional, pois, em que pese se tratar de imposto de competência dos estados e do Distrito Federal, a isenção se insere no limite da quota-parte do imposto que pertence aos municípios por repartição.
- (E) inconstitucional, pois projetos de lei de isenção deste imposto apenas podem ser propostos pelos municípios após prévia autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

22. No âmbito das discussões relativas à reforma tributária no Brasil, uma das propostas consiste na criação de uma contribuição sobre bens e serviços, de competência da União, e de um imposto sobre bens e serviços, de competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É correto afirmar, com base no texto constitucional vigente, que a diferença entre contribuições e impostos consiste no fato de que:

- (A) as contribuições devem respeitar ao princípio da anualidade, ao passo que os impostos devem respeitar apenas à anterioridade nonagesimal.
- (B) os impostos não podem ter a sua receita vinculada a despesa, fundo ou órgão, salvo nos casos previstos na Constituição, ao passo que as contribuições são vinculadas por natureza.
- (C) as contribuições podem ser criadas livremente pelos três entes da Federação, ao passo que os impostos apenas podem ser criados nas hipóteses específicas previstas na Constituição.
- (D) as contribuições são, via de regra, cumulativas, ao passo que os impostos são, em geral, não-cumulativos.
- (E) os impostos são, via de regra, progressivos, ao passo que as contribuições são, em geral, cobradas por alíquotas específicas e não *ad valorem*.

23. Determinado tabelião elaborou a pedido uma escritura de inventário e partilha, na qual herdeiros maiores de idade de pessoa falecida identificaram os bens que compunham a herança e realizaram amigavelmente entre eles a divisão igualitária desses bens. Na escritura constou a informação de que foi recolhido o tributo devido sobre a transmissão dos bens, mas a comprovação da quitação do tributo jamais chegou a ser realmente apresentada ao tabelião, por malícia dos herdeiros, que conseguiram distrair o tabelião no momento da conferência dos documentos. Algumas semanas depois, o Fisco competente para o lançamento do tributo sobre a transmissão *causa mortis* de bens iniciou fiscalização sobre a transação, com a finalidade de verificar a existência de algum tributo devido. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que:

- (A) por ter sido vítima de dolo dos herdeiros, o tabelião não é responsável por eventuais tributos devidos e não pagos sobre a operação na qual interveio lavrando a escritura.
- (B) considerando a divisão igualitária dos bens entre os herdeiros, é possível afirmar que incidiram sobre a operação tanto o imposto estadual sobre transmissão de bens *causa mortis*, quanto o imposto municipal sobre transmissão de bens *inter vivos*.
- (C) os poderes de fiscalização do Fisco não alcançam os atos praticados pelos tabeliões, os quais estão sujeitos ao poder correicional dos Tribunais de Justiça aos quais estejam vinculados.
- (D) o tabelião tinha o dever de zelar pelo pagamento de todos os tributos incidentes sobre a operação, motivo pelo qual pode vir a ser responsabilizado por eventual diferença não paga a ser apurada mediante fiscalização.
- (E) o tabelião pode vir a ser responsabilizado apenas pelo pagamento dos juros, atualização monetária e eventuais penalidades decorrentes do não pagamento dos tributos incidentes sobre a operação e não pelo pagamento do principal da dívida.

24. Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, segundo a Lei nº 12.153/2009:

- (A) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares e por improbidade administrativa.
- (B) as ações de execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- (C) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- (D) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- (E) processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

25. No momento em que uma sociedade anônima teve a sua falência decretada, constavam do seu balanço os seguintes passivos (i) contratos de mútuo garantidos com penhor de máquinas e equipamentos utilizados na produção; (ii) dívidas trabalhistas; (iii) multas tributárias; (iv) dívidas tributárias com a União e com diversos municípios. Neste contexto, é correto afirmar que:

- (A) até o limite dos bens gravados, as dívidas com garantia real têm preferência em relação às dívidas tributárias.
- (B) os municípios têm preferência no recebimento, *pro rata*, do seu crédito, em relação à União, mas não têm preferência em relação aos de natureza trabalhista.
- (C) as dívidas de natureza trabalhista devem ser pagas preferencialmente em relação às dívidas tributárias, independentemente do valor.
- (D) as dívidas tributárias com a União têm preferência para pagamento, em relação às demais dívidas identificadas.
- (E) os municípios têm preferência no recebimento, *pro rata*, do seu crédito de natureza tributária, em relação às demais dívidas listadas.

#### DIREITO FINANCEIRO

26. A vedação constitucional quanto à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, decorre do princípio orçamentário

- (A) da unidade.
- (B) da universalidade.
- (C) da exclusividade.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) do equilíbrio orçamentário.

27. No que se refere aos estágios da despesa, de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- (A) em casos especiais, previstos na legislação específica, é permitida a realização da despesa sem prévio empenho.
- (B) é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (C) o pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) liquidação é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- (E) para cada empenho será extraído um documento denominado ordem de pagamento que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa.

28. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito, internas e externas, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e, no caso da União, também os limites e as normas emitidas pelo Ministério da Economia, acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) é vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.
- (B) é vedado à empresa controlada conceder garantia àquela que seja sua subsidiária ou sua controlada e à prestação de contragarantia nas mesmas condições.
- (C) a garantia é condicionada ao oferecimento de contragarantia, e será exigida de órgãos e entidades do próprio ente, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.
- (D) a alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios independe de consulta pública, assegurada a manifestação dos entes federativos.
- (E) ao ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, não haverá suspensão de acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

29. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que compete à Lei

- (A) do Plano Plurianual.
- (B) de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) do Orçamento Anual.
- (D) de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Geral do Orçamento.

30. O reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências previstas na Lei Complementar nº 101/2000, equiparam-se

- (A) à transferência voluntária.
- (B) ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- (C) à concessão de garantia.
- (D) à subvenção econômica.
- (E) à operação de crédito.

31. Assinale a alternativa correta sobre as disposições contidas na Lei nº 8.080/90.

- (A) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter concorrente e preliminar.
- (B) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.
- (C) A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.
- (D) Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 2 (dois) acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.
- (E) É obrigatória a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.

32. Para fins do que dispõe a Lei nº 11.445/07, a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários é denominada de

- (A) universalização.
- (B) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- (C) esgotamento sanitário.
- (D) serviços públicos de saneamento básico de interesse local.
- (E) controle social sanitário.

33. Sobre o que dispõe a Lei nº 11.340/06, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se violência psicológica qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- (B) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.
- (C) Os atos processuais que discutam sobre violência doméstica não poderão realizar-se em horário noturno.
- (D) A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, podendo nessa vara discutir inclusive a partilha de bens.
- (E) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, que só assim poderá proceder se houver expresso requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

34. Nos termos da Lei nº 12.651/12, assinale a alternativa que traz o conceito do que é “salgado ou marismas tropicais hipersalinos”.

- (A) Fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* – buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.
- (B) Ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, predominando, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina.
- (C) Áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1 000 (mil), desprovidas de vegetação vascular.
- (D) Áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1 000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específico.
- (E) Depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

35. Sobre o que dispõe a Lei nº 6.766/79, assinale a alternativa correta.

- (A) Desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (B) Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, na modificação ou na ampliação dos já existentes.
- (C) É permitido, sem qualquer restrição, o loteamento em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento).
- (D) Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- (E) São irretroatáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito à adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

#### DIREITO ELEITORAL

36. De acordo com matéria sumulada pelo Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que

- (A) a perda do mandato em razão de desfiliação partidária é aplicável aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.
- (B) compete à Justiça Eleitoral, em processo de registro de candidatura, verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.
- (C) é admissível o recurso especial eleitoral quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração.
- (D) em registro de candidatura, cabe examinar o acerto ou desacerto da decisão que examinou, em processo específico, a filiação partidária do eleitor.
- (E) o processo de registro de candidatura não é meio adequado para se afastarem os eventuais vícios apurados no processo de prestação de contas de campanha ou partidárias.

37. Assinale a alternativa correta, no que concerne ao tema filiação partidária.

- (A) A filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral, e a perda dos direitos políticos são situações que acarretam o cancelamento imediato da filiação partidária.
- (B) No caso de mudança de partido de filiado eleito, os prazos para ajuizamento das ações cabíveis contam-se da data em que o filiado fizer pessoalmente a comunicação ao partido.
- (C) Os prazos para filiação partidária, fixados no estatuto do partido, visando a candidatura de cargos eletivos, podem ser alterados no ano da eleição.
- (D) A mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição ao término do mandato vigente não é considerada justa causa para desfiliação partidária.
- (E) É vedado aos partidos políticos estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei que disciplina a matéria, com vista a candidatura a cargos eletivos.

38. Há imposição legal no sentido de que o partido político, por meio de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, deva manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas, para fins de prestação de contas. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.
- (B) os balanços contábeis do órgão nacional e dos órgãos estaduais e municipais serão enviados diretamente ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) as decisões da Justiça Eleitoral nos processos de prestação de contas não ensejam, ainda que desaprovadas as contas, a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).
- (D) a desaprovação das contas do partido ensejará a sanção de impedimento à participação no pleito eleitoral, acrescida da sanção de devolução da importância apontada como irregular e de multa de até 50%.
- (E) a Justiça Eleitoral poderá exigir que o partido político apresente certidão ou documentos expedidos por outro órgão da administração pública ou por entidade bancária e do sistema financeiro que mantêm convênio ou integração de sistemas eletrônicos que realizam o envio direto de documentos para a própria Justiça Eleitoral.

39. Os partidos políticos que cumpram as condições estabelecidas constitucionalmente terão direito ao acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos termos da lei que trata da matéria. Do tempo disponível ao partido político, deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres o percentual de, no mínimo,
- (A) 60%.
  - (B) 50%.
  - (C) 30%.
  - (D) 25%.
  - (E) 20%.
40. Assinale a alternativa correta no que se refere ao plebiscito e/ou ao referendo.
- (A) O plebiscito é convocado com posteridade a ato legislativa ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido, enquanto que o referendo é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
  - (B) A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
  - (C) O referendo será considerado aprovado ou rejeitado, nos termos da lei específica, por maioria absoluta, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral.
  - (D) O plebiscito destinado a desmembramento de Município será convocado pela Câmara de Vereadores, de conformidade com as disposições da respectiva Lei Orgânica.
  - (E) Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que não a subdivisão, o desmembramento e a anexação, o plebiscito ou o referendo serão convocados pelo que dispuser as respectivas leis complementares.
41. Funcionário público de hierarquia superior tem conhecimento que seu subordinado praticou uma infração no exercício do cargo. Contudo, por indulgência e por lhe faltar competência, não tomou qualquer medida. Neste caso, é correto concluir que o funcionário de hierarquia superior
- (A) praticou prevaricação.
  - (B) praticou tráfico de influência.
  - (C) praticou condescendência criminosa.
  - (D) é coautor, por omissão, da infração administrativa praticada por seu subordinado.
  - (E) não cometeu crime.
42. É crime próprio quanto ao agente:
- (A) desacato.
  - (B) resistência.
  - (C) corrupção ativa.
  - (D) usurpação de função pública.
  - (E) facilitação de contrabando ou descaminho.
43. É conduta equiparada ao contrabando:
- (A) praticar fato assimilado, em lei especial, a descaminho.
  - (B) praticar navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.
  - (C) utilizar em proveito próprio, no exercício de atividade comercial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País.
  - (D) exportar clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente.
  - (E) ocultar, em proveito próprio, no exercício de atividade industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal.
44. Nos termos do art. 6º da Lei nº 1.079/50, opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças é crime contra
- (A) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
  - (B) o livre exercício dos poderes constitucionais.
  - (C) a probidade na Administração.
  - (D) a segurança interna do país.
  - (E) a existência da União.

45. Nos termos do art. 14 da Lei nº 1.079/50, a quem é permitido denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado por crime de responsabilidade perante a Câmara dos Deputados?
- (A) Deputado Federal, apenas.
- (B) Deputado Federal ou Senador, apenas.
- (C) Procurador Geral da República, apenas.
- (D) Partido político com representação em qualquer das duas casas do Congresso, apenas.
- (E) Qualquer cidadão.
46. A decretação de acusação ao Presidente da República, nos exatos termos do § 5º do art. 23 da Lei nº 1.079/50, tem como efeito imediato, até sentença final, a
- (A) deliberação sobre a conveniência de sua prisão preventiva.
- (B) deliberação sobre a necessidade de implantação do estado de emergência.
- (C) suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento.
- (D) vedação do Presidente da República deixar o país.
- (E) assunção do poder por uma junta provisória, formada pelo Vice Presidente, Presidente do Congresso e Presidente do Supremo Tribunal Federal.
47. As infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais, de acordo com o art. 4º, do Decreto-Lei nº 201/67, são sujeitas a julgamento
- (A) pelo Tribunal de Justiça.
- (B) pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) pelo Juiz de Direito de primeiro grau.
- (D) pela Câmara dos Vereadores.
- (E) pela Assembleia Legislativa.

48. Segundo dispõe a Lei Orgânica do Município de Tanabi, é correto afirmar sobre a imunidade do parlamentar membro da Câmara Municipal que a imunidade
- (A) formal estabelece que os vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
- (B) material estabelece que os vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
- (C) material estabelece que os vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Estado, por suas opiniões, palavras e votos.
- (D) formal estabelece que os vereadores são invioláveis dentro e fora do exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
- (E) material estabelece que os vereadores são invioláveis, dentro e fora do exercício do mandato e em todo o território nacional, por suas opiniões, palavras e votos.
49. Sobre o quórum de votação no Plenário da Câmara Municipal de Tanabi, é correto afirmar com base no seu regimento interno que
- (A) as deliberações serão sempre por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (B) as deliberações serão por maioria absoluta dos membros da Câmara, instalando-se a sessão com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.
- (C) as deliberações serão por maioria simples dos membros da Câmara, instalando-se a sessão com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.
- (D) sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (E) sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria absoluta, instalando-se a sessão com a presença de no mínimo 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara.

50. Fulano de Tal é advogado da Câmara do Município "X". No exercício dessa função, lhe é solicitada a elaboração de parecer a respeito da constitucionalidade de uma proposição legislativa bastante popular no município e para a qual há suficiente apoio entre os parlamentares para a aprovação. Nesse cenário, o presidente da Câmara solicita a Fulano que o parecer seja favorável à constitucionalidade da lei, sob pena de não ser possível a sua aprovação. Com base nesta situação hipotética, é correto afirmar que, segundo o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):

- (A) o advogado tem por missão perseguir os interesses do seu cliente, que, no caso hipotético é a Câmara Municipal, motivo pelo qual Fulano de Tal deve atender à solicitação do presidente da Câmara.
- (B) Fulano de Tal tem total liberdade para decidir qual a opinião que será defendida em seu parecer, pois a independência técnica do advogado assegura que ele desenvolva o trabalho conforme as suas próprias convicções pessoais e moralidade.
- (C) caso Fulano de Tal descumpra a solicitação que lhe foi apresentada pelo presidente da Câmara, poderá responder pelos prejuízos decorrentes de sua ação.
- (D) os advogados apenas respondem por suas opiniões técnicas quando atuem com dolo dirigido à finalidade de lesar terceiro, não sendo, portanto, relevante qual a opinião técnica que Fulano de Tal sustentará em seu parecer.
- (E) Fulano de Tal deve desenvolver o seu trabalho com independência, sem nenhum receio de desagradar a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade.





